

Processo	NUP/80231/2021/CMP
Porto, 04/08/2022 NUD/453285/2022/CMP Titular do processo: Leonor Pulido Valente Afonso Local da obra: Travessa da Arrábida 374 372, 374	

Assunto: Apreciação do projeto de arquitetura
Notificação para apresentação de elementos

1. Descrição da pretensão

O presente pedido tem por fim um PIP, relativo a uma obra de alteração e ampliação para o prédio sito à Travessa da Arrábida, n.º 372 a 388, na União de freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

A operação urbanística em apreço reporta-se à viabilidade de alterar e ampliar o edifício existente, pretendendo um edifício de habitação coletiva (3 fogos), constituído por 3 pisos acima do solo;

2. Consulta às entidades externas e serviços da CMP

2.1 Consulta a entidades exteriores à CMP – Parecer, aprovação ou autorização de localização

Nos termos do disposto nos artigos 13.º E/OU 13.º A E/OU 13.º B do RJUE, foram consultadas as seguintes entidades:

- **E-REDES - Distribuição de Eletricidade**, emitiu informação Carta/1009/2022/DSAN-AAP em 27/04/2022, registada com o n.º NUD/254037/2022/CMP, que concluiu por emitir parecer em que se verifica que “a construção não interfere com as linhas AT/MT da EREDES - Distribuição de Eletricidade, S.A” e ainda que “Existem infraestruturas elétricas de BT e IP da responsabilidade da E-REDES - Distribuição de Eletricidade, S.A., nomeadamente o ramal BT de alimentação ao edifício existente e um foco de IP que se encontra fixado na fachada do edifício”;

3.2 Informação dos serviços da CMP

Sobre a presente pretensão pronunciaram-se, também, os seguintes serviços municipais:

- **DMAAU** – Divisão Municipal de Apreciação Arquitetónica e Urbanística / Gabinete de Apreciação de Projetos, emitiu a informação NUD/445648/2022/CMP com despacho superior de 03/08/2022, que concluiu que “No que se refere aos alinhamentos frontal e posterior, mantém-se válida a análise já efetuada por este gabinete, nos termos do referido nos pontos 5.3.1. e 5.3.2. da informação

NUD/607199/2021/CMP; No que se às alterações à solução anteriormente apresentada, detetadas nos novos elementos apresentados, com o registo de entrada NUD/419900/2022/CMP, não se emite parecer, por se encontrarem em falta elementos instrutórios essenciais para a apreciação arquitetónica e urbanística da proposta (ponto 3.2. da informação técnica);

- **DMGPC** – Departamento Municipal de Gestão do Património Cultural/Arqueologia, emitiu a informação NUD/5914129/2021/CMP com despacho de 21/11/2021, que concluiu “... nada temos a obstar à aprovação do presente pedido de informação prévia, devendo o processo ser novamente submetido à apreciação da DMPC/ Arqueologia em sede de licenciamento.” “Acrece referir que, com vista à aplicação da lei 79/2017 de 18 de agosto, o azulejo de fachada (biselado e marmoreado) deve ser entendido como um bem de relevante valor patrimonial que importa preservar in situ, sendo a memória descritiva e as peças desenhadas do projeto omissas relativamente a esta matéria. O recurso à execução de réplica deve apenas ser considerado na colmatação das lacunas identificadas na fachada, após verificação da inexistência de azulejos iguais no Banco de Materiais do município. Para o efeito, solicita-se o contacto com o Banco de Materiais através do correio eletrónico: dmpc@cm-porto.pt.”
- **DMEPU/DMP** – Departamento Municipal de Estudos e Projetos Urbanísticos/ Divisão Municipal de Projetos, emitiu a informação NUD/68228/2022/CMP com despacho superior de 13/04/2022, que concluiu que, “Após análise aos documentos submetidos, a DMP observa que o requerente não mexe nos alinhamentos do muro. Visto que os alinhamentos circundantes são de reduzidas dimensões, e uma vez que não foi elaborado nenhum estudo de alinhamentos a DMP não encontra oposição. No que diz respeito aos alinhamentos do prédio terá de ser a DMAAU a pronunciar-se.”;

3. Elementos adicionais em falta

Pela análise do presente processo e face ao exposto no parecer da DMAAU, constatou-se que existem elementos instrutórios em falta, imprescindíveis à análise da pretensão, os quais têm a ver com:

a) **Peças de desenho com recurso às cores convencionais**, nos termos do artigo B-1/38.º do CRMP (vermelha, amarela, preta e azul), tendo por base o levantamento rigoroso das construções existentes legalmente constituídas;

b) **Peças de desenho da proposta**, compatibilizadas com as definições do Plano Diretor Municipal em vigor e com os conceitos técnicos nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo, nos termos do Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro, designadamente no que se refere à definição de “Piso 1”, prevista na alínea q) do art.º 3.º do RPDM, em vigor;

c) **Memória descritiva**, devidamente atualizada, com a descrição da totalidade das obras da pretensão;

d) **Novo quadro sinóptico**, última versão disponível, devidamente preenchido pelo técnico autor de projeto e de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis;

e) Em face das alterações à solução anteriormente apresentada, deverá o presente pedido ser instruído com um novo **plano de acessibilidades** devidamente atualizado e o correspondente termo de responsabilidade;

f) **O relatório apresentado das construções a demolir**, não caracteriza devidamente a preexistência, na medida em que de acordo com as novas fotografias apresentadas, foram removidos elementos, nomeadamente o revestimento azulejar, entendido como património a proteger, de acordo com a Lei n.º 79/2017, de 18 de agosto. Nestes termos, solicitamos a apresentação de novo relatório, nos termos da Newsletter da Gestão Urbanística de Junho de 2019.

4. Proposta

Face ao exposto, o requerente deverá ser notificado, nos termos dos artigos 117.º e 118.º do CPA, para, no prazo de 30 dias, apresentar nestes serviços os elementos em falta no processo, indicados no ponto 3 da presente informação.

O Gestor do Processo,
Elísio Silva, Arquiteto

CMP – Câmara Municipal do Porto

CPA – Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua atual redação

C03-03-IMP-62 Rev.12

3/3

Gabinete do Município | Contactos:

Portal do Município: portaldomunicipio.cm-porto.pt

Linha Porto. 220 100 220 – 2ª a 6ª feira das 9h00 às 19h00 (chamada para a rede fixa nacional)

Atendimento presencial (marcação através da Linha Porto. 220 100 220):

Praça General Humberto Delgado, 266, 4000-286 Porto

De 2ª a 6ª feira das 9h00 às 17h00

Para informações adicionais sobre as práticas de privacidade do Município do Porto, consulte o nosso site em <https://www.cm-porto.pt/legal/politica-de-privacidade> ou envie um email para rgpd@cm-porto.pt